

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM CEARÁ -MIRIM.

RIVANALDO FERREIRA DE FREITAS

NATAL/RN

2006

RIVANALDO FERREIRA DE FREITAS

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM CEARÁ-MIRIM.

Monografia Apresentada à Disciplina de Pesquisa Histórica II, para fins de conclusão do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, orientado pelo professor Almir Félix.

NATAL/RN

2006

**"Talvez a maior lição da
história seja a de que ninguém
aprendeu as lições da história."
Aldous Huxley**

DEDICATÓRIA

A Deus, ser soberanamente justo e bom, que em sua essência de amor me fez sentir forte diante das dificuldades, sempre se fazendo presente, mostrando-me que há algo superior a essas vicissitudes da vida.

Ao meu pai Servulo que, em sua aparência dura, tem um amor sublime, que consegue ultrapassar as barreiras da razão, e faz com que seres privilegiados de sua presença conheçam a verdadeira essência da vida, o amor incondicional. Eu agradeço por tudo, pela vida, pela compreensão, pelo apoio e pelo amor. Não consigo expressar o quanto o amo.

A minha mãe Antônia que, com amor, amizade e dedicação me fez confiante no meu potencial, e suas palavras me fizeram refletir sobre os verdadeiros valores da vida.

A minha esposa e minhas filhas, que abriram mão de momentos de convívio, e sofreram a minha ausência quando o dever e o estudo me chamavam, que compreenderam a minha falta de tempo e o meu nervosismo durante a caminhada, incentivando-me nos momentos que precisei de apoio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, ser soberanamente justo e bom, que em sua essência de amor me fez sentir forte diante das dificuldades, sempre se fazendo presente, mostrando-me que há algo superior a essas vicissitudes da vida.

Ao professor Almir Félix, meu orientador de monografia, que com sua simplicidade e paciência norteou essa produção, oferecendo-me sugestões técnicas e opiniões teóricas que foram de extrema validade, tanto para o início, como para o término deste trabalho.

A professora Francisca Aurinete Girão pela atenção e presteza dispensada durante todo o período do curso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. - ORIGEM E IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO VALE DO CEARÁ-MIRIM.....	09
1.1 - Apogeu da cana de açúcar no vale de Ceará-Mirim.....	11
2. - OS PRÉDIOS HISTÓRICOS DE CEARÁ-MIRIM.....	16
3. - PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	28
3.1 - Porque preservar o Patrimônio Cultural.....	31
4. - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
BIBLIOGRAFIA.....	38

INTRODUÇÃO.

Inicialmente, Ceará-Mirim chamava-se Boca da Mata e pertencia à vila de Extremoz, passou a ser sede do município em 18 de agosto de 1855, sendo chamada Vila de Ceará-Mirim. A vila recebeu foros de cidade em 9 de junho de 1882, pela Lei número 837. De acordo com Luís da Câmara Cascudo, a origem do nome da cidade é dada pela "Seara, várzea do Seara", rio mencionado pelo historiador no livro "Nomes da Terra",¹ que tinha sua nascente entre Lajes e Angicos, atravessando os municípios de João Câmara e Taipu, despejando no mar na barra do Inácio de Góis. O Vale cobriu-se de canaviais e tornou-se sede do rico patriarcado agrícola e industrial, com elegância e poderio econômico. A segunda metade do século XIX é o período em que a cidade começa a se desenvolver, e juntamente com o povoado desenvolveram-se os engenhos ao longo do vale do rio que deu o nome à cidade.

Na cidade se concentrava uma classe intermediária formada por comerciantes, artesões, burocratas e políticos, transeuntes num palco de novas situações sócio-econômicas que irão culminar com uma nova funcionalidade na construção do espaço arquitetônico. A arquitetura que ali se desenvolve, tanto no campo como na cidade, terá elementos da arquitetura neoclássica que predomina no Brasil neste período.

Hoje a cidade de Ceará-Mirim possui um rico acervo da arquitetura do século XIX, mais precisamente da segunda metade deste período, que constituem patrimônio não apenas local, mas estadual e nacional. Refiro-me, não apenas aos

¹ CASCUDO, Luiz da Câmara. Nomes da Terra. História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte. Natal, Fundação José Augusto, 1973.

bens tombados, que são poucos, mas a um conjunto que inclui casas-grandes de antigos engenhos, residências particulares e bens públicos, através dos quais podemos relacionar a arquitetura com a sociedade ceará-mirinense do período em estudo, possibilitando conhecer hábitos culturais e características da época, mostrando com isso a importância da preservação do patrimônio e ressaltando sua importância como elemento de acesso à memória e como documento histórico.

O interesse pelo tema deu-se a partir de uma crítica bibliográfica feita por Jailma Silva Medeiros Santos, na introdução de seu trabalho: *Expansão Canavieira no Vale do Ceará-Mirim*, monografia apresentada na Graduação em História pela UFRN em 2001, onde a mesma chama a atenção para o descaso das autoridades competentes em relação ao patrimônio arquitetônico existente em Ceará-Mirim, referente ao período da expansão econômica do vale que foi a segunda metade do século XIX.

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da preservação destes monumentos arquitetônicos para a memória da cidade de Ceará-Mirim. Tomamos como referência os seguintes monumentos arquitetônicos: o Solar dos Antunes, atual sede do Governo Municipal, o Mercado Público, que após ser reformado e reinaugurado funciona como entreposto comercial e cultural, o Ginásio Santa Águeda, onde hoje funciona a Secretaria de Educação do Município, e o Engenho Verde Nasce, que ainda esta de fogo aceso. O trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e documental como também de entrevistas direcionadas com algumas pessoas que vivem há muito tempo em Ceará-Mirim e que acompanharam contemporaneamente as mudanças física e funcional dos monumentos em estudo: O trabalho se divide em três capítulos o

primeiro faz um histórico da cidade de Ceara-Mirim desde sua origem como povoado, até a segunda metade do século XIX, período de apogeu econômico, ocasionado pela expansão da cana de açúcar; o segundo, trata especificamente dos prédios históricos de Ceará-Mirim, fazendo uma descrição arquitetônica dos mesmos, e um pequeno histórico das funções desempenhadas no passado, e o que funciona na atualidade. O terceiro capítulo trata especificamente sobre patrimônio histórico e o porquê de sua preservação.

1 - ORIGEM E IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO VALE DO CEARÁ - MIRIM.

O alvará de 03 de Setembro de 1759 criou oficialmente a vila de Extremoz do Norte, com sede até o ano de 1855, na Vila de Extremoz. Ainda no ano de 1855, através da lei provincial se transfere a sede do município de Extremoz para Boca da Mata, com o sugestivo nome de briososa vila do Ceará-Mirim (Esse elogioso qualificativo de briososa, devido aos nobres feitos dos índios POTI e aos dedicados e estudiosos homens do vale). Mas somente através da lei n° 370, de 30 de Julho de 1858, de autoria do deputado João Maria Julião Chaves, é que se efetivou esta mudança sem o qualificativo de briososa.² Segundo CASCUDO a primeira reunião municipal na vila do Ceará-Mirim realizou-se em 14 de Outubro de 1858 e o predicamento de cidade veio com a lei n° 387, de 09 de Junho de 1880³.

A plantação de Cana de Açúcar foi logo a base econômica e social da nascente vila. Os primeiros engenhos de que há notícia são: o engenho Carnaubal que funcionava já antes de 1843, estabelecido à margem esquerda do rio Ceará-Mirim por Antonio Bento Viana; e o engenho **Purão do Norte** instalado por Manoel Leopoldo Raposo Câmara, à margem direita do mesmo rio.⁴ Segundo Gilberto Osório de Andrade, estes engenhos foram os pioneiros dessa civilização típica que nascia nas casas grandes para se projetar através da província⁵.

² PEREIRA, Nilo. *Imagens do Ceará-Mirim*. Natal : Fundação José Augusto, 1989.

³ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: achiani, 1955.

⁴ SENNA, Júlio Gomes de. *Ceará - Mirim: Exemplo nacional*. (1938-1972) . Rio de Janeiro : Pongetti, 1974, V.2.

⁵ ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar no nordeste oriental: o rio Ceará-Mirim*. Recife: IJNPS, 1957.

Na segunda metade do século XIX, surge uma civilização própria baseada nos autênticos senhores de engenho, conscientes do domínio econômico que exerciam, e de uma fidalguia poderosa e elegante que brilhou através da província Potiguar⁶. O primado econômico não foi exclusivista: ampliou-se em poderio político, em lutas de partidos, em disputas eleitorais, tendo o açúcar como base. Açúcar que só passou a ser produzido no Ceará-Mirim a partir de 1845; antes todo o açúcar consumido era importado de Pernambuco.

Para Gilberto Osório, o retardamento no desenvolvimento da agroindústria canavieira no vale deve-se em parte a forte concorrência exercida pela pecuária na região, principalmente durante a ocupação holandesa⁷.

Em 1845, devido a uma grande seca, aumenta o fluxo migratório do semi-árido potiguar para as áreas litorâneas. Grande parte do capital tradicional investido na pecuária e na economia algodoeira potiguar passa a ser transferido para a agroindústria açucareira, antes reduzida ao sul da província⁸. Desse modo surgem novos pólos produtores de cana de açúcar nas áreas litorâneas, destacadamente no vale do Ceará-Mirim, menos sujeitos à falta de chuvas. O crescimento da área açucareira possibilitou o aumento na produção. Assim, já em 1853, o presidente da província, em discurso a Assembléia provincial informava:

O açúcar, que até bem poucos anos atrás era importado de Pernambuco para o consumo ordinário da província, e se bem que já fosse cultivada a cana, o era em pequena escala, e para o uso da rapadura, vai se tornar hoje uma das principais indústrias; o número de engenhos já é bastante considerável, e os seus produtos já excedem as necessidades de consumo provincial e chega a serem exportados.

⁶ MORAIS, Marcus César Cavalcanti de. Terras Potiguares. Natal, Dinâmica. 1998.

⁷ ANDRADE, Gilberto Osório de. Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental. O Rio Ceará Mirim. P 28.

⁸ MONTEIRO, Denise Matos. Introdução a História do Rio Grande do Norte. Natal, EDUFERN. 2000.

Apesar do atraso existente no fabrico de açúcar, contudo muita prosperidade promete esta indústria, atenta a fertilidade das terras em que se cultiva a cana, principalmente as do Ceará-Mirim.⁹

1.1 - Apogeu da Cana de Açúcar no Vale do Ceará-Mirim.

O vale prosperou e cresceu a partir da produção canavieira e, por algum tempo, conservou-se um núcleo de ostentação e de muito luxo, com bailes aristocráticos, carruagens forradas com seda, festas ricas e pomposas, traços que mercaram uma era e caracterizaram, no tempo, a etapa patriarcal e escravocrata do açúcar. O quadro a seguir demonstra a produção açucareira na província do Rio Grande do Norte, nos anos de 1851 a 1860:

Quadro 1 – A produção açúcar no Rio Grande do Norte.

Anos	Arrobas
1851	979
1852	14,900
1853	48,900
1854	100,954
1855	144,551
1856	153,725
1857	228,855
1858	232,076
1859	225,495
1860	278,438

FONTE: Relatório de Henrique Castriciano p. 214

Verificamos assim que em dez anos a produção elevou-se a 28.341%, sendo 979 arrobas em 1851 e de 278.438 em 1860. O crescimento da produção açucareira estimulada pela demanda do mercado internacional nos anos de 1850,

⁹ CABRAL, Mabelle Conceição Costa. A Expansão Econômica e comercial da Província do Rio Grande do Norte em Meados do Século XIX. 2003. Monografia (Graduação em História). UFRN, NATAL.

tornando o açúcar principal produto na pauta de exportação da província. A receita da província também aumentou em grande proporção, tendo sido orçada, em 1845, em 20:168\$472, dez anos depois, em 1855, subiu a 131:341\$548, um a diferença de mais de 111:173\$116.¹⁰

Em pouco tempo a produção açucareira do Ceará-Mirim superou outras áreas produtoras no Rio Grande do Norte. Em 1860, o Ceará-Mirim já contava com 44 engenhos, passando a exercer a supremacia produtiva na indústria do açúcar na província; “91.000 arrobas anuais, quando o segundo colocado, Papari, tinha uma produção de 75.000 arrobas.”¹¹

No período que vai de 1845 a 1930, a expansão açucareira neste vale litorâneo faz surgir ao norte da capitania potiguar uma economia e uma sociedade que se diferencia em grande parte da que predominava no Rio Grande do Norte.

O vale se incorpora à economia e à sociedade do Nordeste do Brasil açucareiro.¹² A cidade de Ceará-Mirim absorveu grande parte das características históricas, sociais e econômicas dos centros que surgiram na época esplendorosa da cana de açúcar baseado na agroindústria açucareira; na época do Brasil império a sociedade viu brilhar na vila e depois cidade uma aristocracia canavieira formando uma sociedade escravocrata de senhores de engenho, fidalgos e tituladores do império, como os coronéis e barões.¹³

Os senhores de engenho, em grande parte de famílias originárias de Pernambuco, se organizaram em padrões semelhantes aos pernambucanos e

¹⁰ RELATORIO Sobre o vale do Ceará Mirim, apresentado pelo secretario do Governo, Sr. Henrique Castriciano de Souza. In: CASTRICIANO, Henrique. *Seleção: textos e poesias*. Organizado por José Geraldo de Albuquerque. Natal:[s.n], 1993

¹¹ SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A expansão canavieira no vale do Ceará – Mirim 1845-1930*, 2001. Monografia (Graduação em História) – UFRN – NATAL.

¹² Ibid. P.05

¹³ Ibid. p. 18

passaram a controlar grandes áreas e a ter grande influência na administração da coisa pública. Assim, os senhores de engenho foram oficiais de milícias e da Guarda Nacional, vereadores, deputados e governadores, tendo se apresentado ora como liberais ao aderirem à revolução pernambucana em 1817, ora como oligarcas, durante toda a primeira República.

Em fins do século XIX e primeira metade do século XX a importância do vale do Ceará-Mirim para a economia do Rio Grande do Norte está comprovada nas declarações dos presidentes de província e governadores de Estado. O Dr. Leão Velloso, em 1862, aconselha à Assembléia a tentativa de um empréstimo para a desobstrução do rio Ceará-Mirim, pois as águas que alagam o vale prejudicam sua lavoura comprometendo a riqueza da província. O Dr. Pedro de Barros em relatório no ano de 1870 defende melhoramentos para o Ceará-Mirim destacando sua fertilidade e sua importância para as rendas da província.

Através da mensagem do governador, Dr. Pedro Velho, ao Congresso Estadual em 14 de Junho de 1895 observa-se que no período republicano o vale do Ceará-Mirim continua sofrendo com os problemas das enchentes como também permanece com sua importância econômica para o Rio Grande do Norte.

Parecerá contraditório que eu venha pedir-vos autorização de gastar fora dos limites orçamentários, quando sou o primeiro a lastimar nossa penúria. Há casos, todavia, em que o sacrifício hoje feito com um, equivale amanhã a benefícios com dez. E como se me afigure a necessidade de melhorar as condições do vale do Ceará-Mirim, cujas enchentes de lento e difícil esgoto ocasionam incalculáveis prejuízos. O Ceará-Mirim é um dos trechos mais futurosos do nosso território e a sua uberdade dá largas a um desenvolvimento triplo talvez da atual exploração agrícola. Com o melhoramento que vos peço e a construção da ferrovia que deve ligá-lo à capital, serviço utilíssimo e, aliás, fácil, que

trará como necessária conseqüência o estabelecimento de usinas que aperfeiçoam o fabrico do açúcar, aquele rico vale, por si só, chegaria para fornecer recursos bastantes ao pagamento de metade de nossas despesas ordinárias.¹⁴

O açúcar foi o grande responsável pelo progresso de Ceará-Mirim embora apenas 1/4 do vale destinava-se à cultura canavieira pois o rio que fecunda e fertiliza a terra, também causa enormes prejuízos provocados pelas cheias e enchentes. O vale do Ceará-Mirim tem uma característica interessante onde catástrofes naturais como secas e enchente que quando eclodem afligem o vale e a vida dos sertanejos, também trazem desenvolvimento e prosperidade, as enchentes que alagam e devastam o vale tornam-no fecundo e abundante para produzir com sucesso qualquer cultura ali cultivada, devido aos elementos de decomposição do solo trazidos do alto sertão nas enchentes de inverno.

O fenômeno da seca vista sempre como a grande inimiga da economia do nordeste como um todo, está intimamente relacionada com a historia do desenvolvimento do vale do Ceará-Mirim, fato constatado no relatório de Henrique Castriciano, produzido em 1907 para o então governador do estado, onde o mesmo destaca que a seca de 1845 possibilitou a expansão da cultura da cana de açúcar no vale. A fome causada pela seca de 1877 facilitou, pela grande quantidade de miseráveis atirados ao litoral, principalmente no vale do Ceará - Mirim, a construção da estrada de ferro Natal a Nova-Cruz, e a seca de 1904 trouxe a inauguração do primeiro trecho da estrada de ferro central do Rio Grande do Norte, que inicialmente liga Natal a Ceará-Mirim, ferrovia, que era um desejo

¹⁴ TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)** Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

da elite local desde 1870, data da primeira concessão para se construir uma ferrovia que cortasse o vale do Ceará-Mirim.¹⁵

Em 1877, a vila não tinha ainda sua ferrovia, tão sonhada pela elite local, mas tinha a feira mais importante da província. Essa Feira, em 1881, foi transferida para o mercado público construído pelo coronel Onofre José Soares, dando-lhe o direito de explorá-lo por vinte anos, provocando recusa dos comerciantes locais; o dia de feira era tão importante para o cearaminense de qualquer categoria, como os domingos e dias santos ou feriados. Não havia ocupação por mais forçada que fosse, que fizesse o senhor de engenho ou o lavrador deixar de comparecer à feira.

De 1884 a 1910, Ceará-Mirim chegou a ser um dos mais importantes municípios potiguares. De acordo com o recenseamento de 1920, o município de maior população, depois de Natal, era Ceará-Mirim, superando Mossoró.

Para Nilo Pereira, as tradições da economia rural e da sociedade patriarcal do Ceará-Mirim em nada deixam a desejar se comparada aos velhos engenhos de Pernambuco.¹⁶ A manutenção dessas tradições repercute na figura dos filhos dos senhores de engenho, que estudavam na Faculdade de Direito em Recife ou na Europa, principalmente na França e Inglaterra, de onde surgiram diversos médicos, advogados, poetas e escritores, que se destacaram na província.

Esta aristocracia que durante décadas viveu de luxo e gastos elevados, cumpriu o seu ciclo econômico e entra em decadência a partir de 1910, quando se deu a baixa do preço do açúcar, decadência iniciada pela falta de capitais e escassez de mão de obra, agravada desde a abolição da escravatura.

¹⁵ RELATORIO Sobre o vale do Ceará Mirim, apresentado pelo secretario do Governo, Sr. Henrique Castriano de Souza. In: CASTRICIANO, Henrique. *Seleto: textos e poesias*. Organizado por José Geraldo de Albuquerque. Natal:[s.n], 1993

¹⁶ PEREIRA, Nilo. *Imagens do Ceará-Mirim*.p.100.

2 - OS PRÉDIOS HISTÓRICOS DE CEARÁ-MIRIM.

Ceará-Mirim não foge de algumas características das cidades do império com uma elite agrária e escravocrata na área rural, de estreita ligação com a cidade através de cargos ou funções políticas, e com uma elite urbana composta por comerciantes, burocratas e políticos. Sendo, em alguns casos, os componentes da elite agrária coincidente aos da elite urbana, uma vez que alguns senhores de engenho possuíam residência na cidade em virtude de atividades comerciais e políticas.

Na época, Ceará-Mirim absorveu características históricas, sociais e econômicas semelhantes a outros centros que surgiram na época do apogeu da cana de açúcar baseada na agroindústria açucareira. Em Ceará-Mirim a cultura da Cana de Açúcar foi iniciada tardiamente o que provocou o desmatamento, a destruição da floresta e acelerou o processo erosivo, mas criou uma sociedade de elevado status econômico que é denunciada pelas casas grandes ainda hoje existentes.¹⁷

A arquitetura que começa a surgir na vila e depois cidade, a partir de 1882, adquire expressões predominantemente neoclássicas, sobretudo a arquitetura pertencente à elite relacionada com o poder político e econômico, constituindo-se em elemento de propaganda desta elite. O racionalismo presente na concepção neoclássica da arquitetura, indicando sua edificação sob padrões e normas, que estão contidas nas posturas municipais da vila, como por exemplo as de 1865, que proíbe a construção de casa que não possuam a frente em tijolos ou pedra; determina também sob a altura do pavimento a cornija e do

¹⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. Usinas Açucareira e Destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba (Agro indústria canavieira e produção de espaço) P.13.

comprimento e largura de portas e janelas, o mesmo documento trás também normas obrigatórias, como a construção de calçadas pelo proprietário das residências como também a pintura da frente das casas no mês de outubro e sua limpeza nos meses de junho e dezembro.

Essas normas são mantidas pelas posturas de 1883, ano posterior a elevação da vila à cidade. Ao tratar da arquitetura relacionada a vários aspectos da cultura e sociedade, levando em consideração que ela, assim como toda obra de arte, não está dissociada do seu meio, da sociedade e da época na qual foi produzida e com a qual estabelece uma interação. Ceará-Mirim não foge à regra, os edifícios são a expressão mais clara de um povo em determinado momento histórico e são exemplos da sua forma de viver, da técnica disponível e de manifestação artística.

Por constituírem criações mais duráveis do que as outras manifestações culturais, muitas vezes abrigando ou incorporando outras artes como a escultura, a pintura, o mobiliário e manifestações de caráter popular, as edificações constituem a grande maioria dos bens tombados, mesmo aqueles que o são apenas pelo seu significado histórico.

O conjunto arquitetônico que é objeto de estudo deste trabalho é composto por monumentos históricos, tombados pela Fundação José Augusto ou preservados em parceria com o governo municipal, que são de grande importância para a memória da cidade de Ceará-Mirim, e para a história do Rio Grande do Norte.



Figura 1 (Foto de Rivanaldo)

O solar dos Antunes (fig. 1), um imponente casarão na rua general João Varela no centro da cidade, foi construído em 1888, pelo tenente coronel José Antunes Pereira, um cearense , coronel da Guarda Nacional, dono do engenho “Oitero”. Em estilo colonial, o prédio é de grande importância histórica para o município por ter sido cenário de reuniões entre políticos, intelectuais e comerciantes, na época de maior pujança econômica e política do município, quando foi também palco de grandes encontros, festas e bailes aristocráticos. O sobrado possui elementos típicos do neoclassicismo, como platibanda decorada, janelas e portas com vãos em arco pleno com bandeiras em rosáceas em madeira e vidro.



Figura 2 (Foto de Rivanaldo)

Na entrada do solar (fig. 2), duas colunas com capitéis decorados e, sobre eles, um pequeno frontão curvilíneo contendo a inscrição ANTUNES. As esquadrias da casa são de madeira pintada e vidros, com todos os vãos em arcos plenos, características do estilo neoclássico¹⁸. A antiga residência possui grande número de cômodos, com quartos interligados por portas entre eles. A residência pertenceu à família Antunes e foi doado no ano de 1975, por Rui Pereira Júnior, seu último herdeiro. Em 1978 foi restaurado pela Fundação José Augusto, onde hoje funciona a sede da Prefeitura Municipal. O solar dos Antunes foi tombado em 1988, pelo patrimônio histórico e artístico estadual.

¹⁸ RODRIGUES, Rosane Mendonça. O Sobrado dos Antunes e a Menina Madalena. In: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (Org.) CEARÁ-MIRIM Tradição Engenho e Arte. Natal: SEBRAE/RN. 2005.



Figura 3 (Foto de Rivanaldo)

O Mercado do Café (Fig. 3), reformado recentemente pela Prefeitura Municipal. é o marco de uma economia ativa e próspera durante o ciclo canavieiro. Construído por volta de 1880 pelo coronel Onofre José Soares, mediante contrato com o Governo provincial, obtivera direito de construir e explorar, por espaço de 20 anos. Uma postura municipal obrigava a transferência da feira, que era ainda na rua grande embaixo de uma latada, para o novo prédio¹⁹. O mercado era um grande entreposto para a comercialização dos produtos da cana de açúcar, melão e aguardente.

¹⁹ MORAIS, Marcos César Cavalcanti de. Terras Potiguares.p 63



Figura 4 (Foto de Rivanaldo)

A arquitetura do mercado possui linhas retas e fachadas simétricas, iguais duas a duas (Fig. 4), de forma que cada lado pode ser visto como se fosse a fachada principal, a platibanda percorre as laterais do prédio, sendo interrompida pelos frontões triangulares. Despojado de ornamentos, estes se resumem aos pilares arrematados por capitéis, cujo volume contorna toda a construção: a platibanda com discretos elementos em massa; a cornija emoldurada o frontão e peças decorativas nas extremidades superiores. A planta é retangular e as entradas são em vãos de arco pleno com grades de ferro. De acordo com Paulo Venturele de Paiva Castro, a construção do mercado contribuiu para o prolongamento do povoado na direção sul da cidade. O mercado foi tombado pela fundação José Augusto, em 1984 e reinaugurado em março de 1987.



Figura 5 (Foto de Rivanaldo)

O Engenho Verde Nasce (fig. 5), pertenceu a Vitor José de Castro Barroca, primeiro Juiz municipal de Ceará-Mirim, que também foi Deputado na Assembléia Provincial. Hoje o engenho encontra-se em pleno funcionamento, é movido a vapor e seu maquinário é todo original. Em frente ao engenho existe uma cerca de ferro trazida da Inglaterra, e sua casa grande, apesar de ter sido tombada pela Fundação Jose Augusto, não existe mais, pois não foi restaurada e desmoronou.



Figura 6 (Foto Rivanaldo)

A terra do Engenho Verde Nasce guarda uma das maiores curiosidades do Vale: o “Túmulo de Emma” (fig 6), construção onde foi sepultada uma inglesa chamada Emma. Conta a lenda do lugar, que o jovem Victor Barroca, filho do proprietário do engenho Verde Nasce, Marcelo Barroca, foi estudar na Inglaterra e casou-se com uma moça inglesa, vindo morar no engenho. Ao acompanhar o marido, Emma não resistiu as doenças causadas pela mudança de clima e faleceu em 1881 (data da lápide). Naquele tempo, a Igreja Católica não permitiu o sepultamento num cemitério, uma vez que sua religião era Anglicana. Seu esposo mandou construir o túmulo no alto de uma colina – local onde o casal costumava passar as tardes – rendendo todas as homenagens possíveis. A ação do tempo e o vandalismo de ladrões causaram a depredação do túmulo. Da alvenaria hoje só

resta ruínas. Segundo o senhor Joaquim Avelino de 76 anos de idade, era costume da época, enterrar ou queimar, todos os pertences de pessoas que morriam de doenças de causa desconhecida, a ação dos vândalos foi impulsionada na crença de ter sido enterrado junto com a jovem Emma, jóias, e objetos de valor.



Figura 8 (Foto Rivanaldo)

A lápide em mármore inglês (fig. 8), foi restaurada e está sob a posse do senhor Herbert Dantas Júnior um dos atuais herdeiros do engenho Verde Nasce, e está à disposição da visitação pública. O proprietário pretende futuramente restaurar o túmulo com seus traços originais, pretendendo com isso estimular as visitas ao local.



Figura 7 (Foto de Rivanaldo)

Colégio Santa Águeda (Fig. 7), localizado numa área mais próxima à igreja matriz, edifício de estilo neoclássico, utilizado no Brasil durante a segunda metade século XIX. A sua entrada assemelha-se àquela do casarão dos Antunes, sendo que as colunas ladeando as portas possuem capitel mais decorado e, ao invés de um frontão sobre elas, temos uma cornija. além disso, os vãos das portas e janelas são retos, possuem cobertura com inclinação acentuada formando na lateral um frontão triangular e, na fachada, platibanda decorada. Segue o exemplo de outras construções do período com vários cômodos e muitas janelas em madeira e vidro. O prédio foi residência do primeiro juiz do município José Inácio Fernandes Barros e, segundo Nilo Pereira, o palacete foi citado no livro que o médico e jornalista Luiz Carlos Lins Wanderley escreveu sobre a visita que o

médico e jornalista Luiz Carlos Lins Wanderley escreveu sobre a visita que o Bispo de Olinda, Dom José Pereira da Silva Barros, fez, em 1882, ao Ceará-Mirim. Na década de 30 desse século, passou a funcionar o Colégio Santa Águeda, das irmãs da Ordem de Nossa Senhora do Bom Conselho. Atualmente neste edifício funciona a Secretaria da Educação e Desporto do Município, em regime de contrato de comodato.

Através de dados obtidos nas entrevistas, podemos constatar que uma parte da população de Ceará-Mirim conhece o patrimônio histórico pertencente ao município, principalmente os monumentos tombados. Algumas pessoas, em geral, os idosos, conhecem a história dos monumentos com riqueza de detalhes, tendo noção de sua história desde a sua fundação até os dias atuais. Conforme alguns dos entrevistados, que residem ou trabalham em áreas próximo aos monumentos, essas construções ainda são vistas como símbolo de uma elite, relacionada com o poder político e econômico da cidade. É a construção arquitetônica desempenhando o papel para qual foi construída, como elemento de propaganda da elite local .

Ainda com relação aos dados coletados, foi possível verificar que constantemente os monumentos históricos recebem visitas de estudantes e turistas, mas segundo o taxista Jaime de Oliveira, de 56 anos de idade, filho natural de Ceará-Mirim, e que há mais de 20 anos exerce esta profissão, o interesse de visitas é um fato recente, somente veio a se desenvolver com maior intensidade quando da implantação do programa rota dos engenhos, que é um projeto turístico desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim.

Grande parte dos entrevistados cita o mercado público como um dos pontos preferidos para a visita; segundo as informações da senhora Ivonete

Silva Martins, de 64 anos de idade, e que há 16 anos é comerciante dentro do mercado, esse espaço sofreu durante muitos anos com a precariedade da estrutura física e com a falta de higiene. Hoje o lugar tem muito a oferecer aos turistas como: comidas típicas, artesanato da região, além de eventos culturais, que acontecem semanalmente às quintas-feiras. Entretanto, segundo a comerciante, o público que frequenta é constituído em sua maioria pela população local.

3 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A questão do patrimônio histórico perpassa diversos setores da sociedade trazendo ao debate seu papel na contemporaneidade. O conjunto do patrimônio histórico engloba todos os bens culturais que possuem representatividade para a história e a identidade da sociedade, quer seja por sua exemplaridade, quer por sua singularidade.

O conceito de patrimônio histórico e a busca de identidade do homem urbano em meio à avalanche de informações dos mais variados setores e dos mais variados matizes decorrentes do processo de mundialização da cultura e facilitadas pelo avanço da tecnologia, que proporciona o acesso à informação em tempo real, pela difusão quase que simultânea na ocorrência dos fatos tem evoluído ao longo do tempo.

Na busca por uma identidade, o homem recorre inicialmente ao patrimônio material no qual se inserem os bens edificados e os objetos que tiveram significado na formação de nossa identidade cultural. Num segundo momento, busca-se o resgate do intangível, o patrimônio imaterial, no qual se inserem as festas, as celebrações, os lugares e os saberes que fazem parte de nossa formação cultural e que de alguma forma encontram-se latentes no inconsciente coletivo. Assim, o resgate dessa história é fundamental, não só sob o aspecto cultural como por sua função social.

As construções históricas que no passado tiveram momentos de glória na vida das cidades e hoje se encontram abandonadas e em avançado processo de deterioração precisam ser recuperadas, não só como resgate da cultura e

preservação de traços de uma época, mas, permitindo também, a possibilidade do estabelecimento de novos usos, sejam eles comerciais ou residenciais.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sugere que o patrimônio cultural seja dividido em três grandes categorias de elementos, sendo que a primeira arrola os elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente, a segunda referente ao conhecimento e as técnicas do saber fazer, e a terceira referente aos artefatos obtidos do saber fazer. Essa separação feita pela UNESCO deve ser vista como recurso didático, pois na realidade esses bens estão interligados. A arquitetura, por exemplo, é erguida no ambiente natural e, portanto, passa a fazer parte dele ao mesmo tempo em que o modifica; por sua vez requer uma técnica e um conhecimento para sua elaboração de modo que também se torne fruto deste.

O termo patrimônio cultural é mais ou menos recente e tem um sentido mais amplo que o termo patrimônio histórico, este utilizado quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, sendo o primeiro órgão público responsável pela preservação dos bens culturais do Brasil.

Segundo Carlos Lemos, o SPHAN definia o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.²⁰

Nessa definição os bens históricos estão relacionados a fatos memoráveis, ou seja, aos fatos que a história oficial pretendia exaltar e preservar na memória

²⁰ LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** 5 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

do país. Construía-se assim uma memória através de monumentos, baseadas em heróis e fatos políticos.

Essa idéia inicial de monumento é uma idéia de objeto isolado. Somente na década de 70 é que há uma preocupação maior com a preservação de conjuntos. De forma que:

A concepção sobre patrimônio passou de uma idéia de monumento entendido como objeto que, a partir do reconhecimento do poder público passa a representar o passado, para uma concepção de produto cultural de valor artístico, o que abria os horizontes para sua utilização econômica e, por meio de sua relação com as cidades, definiu-se como ambiental²¹.

Um outro conceito a ser considerado de patrimônio histórico está contido na Constituição Federal de 1988, que diz:

Constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.²²

Como se pode observar a definição atual utiliza o termo patrimônio cultural para designar o conjunto de bens culturais de um povo. Antes o conjunto de bens

²¹ RODRIGUES, Marly. A memória possível: presente, passado e cidadania. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, USP/SLCH, 1998.

²² BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

era denominado pelo termo patrimônio histórico e artístico que implicava num repertório restrito de bens. O termo atual inclui um repertório vasto de bens culturais, que abrange a própria natureza ao referir-se a sítios de valor paisagístico.

3.1- Porque Preservar o Patrimônio Cultural.

Devemos entender que preservar o patrimônio cultural, além de proteger as obras de valor artístico e o conhecimento herdado, é também preservar o meio ambiente, o espaço onde vivemos. O fator memória como razão de preservação está presente nas duas definições de patrimônio citadas; sendo um portador de memória, o patrimônio se torna também um documento através do qual podemos ter acesso ao passado e à cultura, conhecendo o processo pelo qual passou nossa história e nossa cultura, mantendo viva nossa memória.

A degradação do nosso ambiente expressa a perda de nossa identidade e de nossa qualidade de vida. Ela nega o sentido de inclusão do indivíduo na comunidade. Exerce o poder político autoritariamente, sem participação democrática, permitindo a especulação imobiliária, e assim nega a participação. Nega também o pluralismo ao conceber uma cidade elitista e exclusiva. É por fim despersonalizante, porque vai destruindo as bases da solidariedade, a noção do bem comum e desprezando a construção criativa de nossa cultura nacional.²³

²³ GUTIERREZ, Ramón. Apud. SOUZA. Aldinizia Medeiros de . Arquitetura do Século XIX em Ceara Mirim. 2001. Monografia (Graduação em Historia) UFRN, NATAL p.08.

A preservação do patrimônio e, por conseguinte, de nossa identidade cultural é necessária para que nos reconheçamos diante da sociedade em que vivemos e para sabermos do nosso papel enquanto cidadãos. Para tanto, é preciso que a população se veja nesse patrimônio de maneira que ao preservá-lo estará preservando a si mesma. Mas, preservar não significa congelar o processo cultural. A dinâmica da cultura age também sobre os bens tombados, contribuindo inclusive para a sua preservação, como no caso da arquitetura, onde muitas vezes há a necessidade de atribuir-lhe uma nova função para que ela não se torne obsoleta e esquecida.

A utilização da arquitetura dando-lhe outra função na atualidade, acaba sendo necessária para sua preservação, porém é preciso ter cuidado com as adaptações para que elas não se transformem em descaracterizações. Muito se fala em preservar nas edificações históricas, apenas as fachadas, modificando completamente o interior. Esse tipo de atitude preserva uma parte e destrói outra, portanto só é válida quando o interior das construções não pode mais ser recuperado e se esta for a única maneira de preservar o que restou. A partir do momento em que uma obra arquitetônica em desuso passa a assumir uma nova função, adquire também uma outra significação está relacionada ao passado e ao presente, une as duas coisas ao mesmo tempo numa relação dialógica. A arquitetura pode então dizer sobre o passado, sobre o presente e sobre o próprio homem.

Sobre a importância da arquitetura como documento, Ramon Gutierrez, considera:

Como manifestação histórica a obra ou conjunto arquitetônico, constitui uma documentação histórica excepcional. Ao contrário de outros documentos (literários, gráficos, etc.) que só podem transcrever uma informação congelada é preciso (embora suscetível de novas interpretações) a obra de arquitetura acumula de maneira sedimentada a experiência daqueles que a conceberam, a usaram e a transformaram no decorrer do tempo. Assim constitui um testemunho vital dos modos de vida, usos e valores explicitados e simbólicos da comunidade através dos tempos, permitindo-nos uma leitura abrangente dinâmica²⁴.

Através do patrimônio cultural de um povo, especificamente da arquitetura, podemos ter contato com uma série de elementos simbólicos. As pesquisas no âmbito da “História da Cultura”, a partir da difusão da “Nova História”, passaram a valorizar novas fontes como o depoimento oral, a obra de arte, material áudio visual, fotografia, ou seja, passou-se a dar maior importância à imagem enquanto documento. O uso de novas fontes não significa o desprezo pelos documentos em papel, ao contrário, devem ser somados enriquecendo a produção historiográfica.

Ao longo das transformações acerca do conceito de “Patrimônio Cultural” desde a criação do “Serviço de Patrimônio Artístico Nacional” (SPHAN) em 1937, até sua definição na Constituição Federal Atual (1988) observamos uma ampliação desse conceito; que de monumento isolado, passando por conjuntos, hoje abrange o ambiente natural e o próprio conhecimento humano, do saber fazer, do uso das técnicas que geram os artefatos e, por continuidade o próprio homem. Isso significa o que é muito importante, que os bens culturais e ambientais estão interligados, fazendo parte do outro, guardando suas

²⁴ Ibid.

especificidades, junto com o homem, constituindo parte de um processo dinâmico e recursivo, onde cada um atua sobre o outro.

A conservação do patrimônio, e, por conseguinte da memória histórica e da identidade cultural é também a conservação do ambiente em que vivemos e do próprio homem. Antes se preservava em detrimento da memória, posto que o artefato diga respeito ao homem. Toda cidade tem sua história, que se inicia com sua fundação e evolui através do tempo. Ela está presente na cultura de seu povo, nos ciclos de seu desenvolvimento econômico e social, nas obras ilustres, e também nas edificações, memória visível da evolução urbana.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Segundo o dicionário Aurélio, preservar é livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar, livrar, defender e resguardar de perigo ou dano²⁵; nesse sentido o patrimônio histórico de Ceará-Mirim vem sendo preservado, principalmente no que concerne aos monumentos históricos utilizados como objeto de estudo deste trabalho, que são tombados pela Fundação José Augusto e são considerados verdadeiros portadores de memória, tornando-se um documento através do qual podemos ter acesso ao passado e à cultura.

A preservação do patrimônio histórico de Ceará-Mirim é importante não só pelo fato do resgate da memória e da história da cidade e do ciclo econômico ao qual estes monumentos estão relacionados, é também guardar para amanhã informações ligadas a relações entre elementos culturais que não têm garantias de permanência. Isso só já seria suficiente para justificar a preservação destes monumentos, mas também surge como fator principal para essa preservação questões relacionadas à economia por meio do surgimento do turismo como grande atividade geradora de emprego e renda para o estado e o município. O turismo que nasceu em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, e hoje cada vez mais, vai exigindo a criação de mais cenários, de mais exotismo, provocando quadros artificiais, inclusive.²⁶ Dentro de uma visão de interiorização do turismo e a diversificação de roteiros culturais, a "Rota dos

²⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. O mini dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

²⁶ LEMOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. p. 30.

Engenhos” é uma alternativa cultural, com gosto de aventura histórica, oferecida pelos verdes canaviais do vale do Ceará-Mirim.

Apesar de existir em Ceará-Mirim, interesse pela preservação dos monumentos históricos, principalmente os bens tombados pela fundação José Augusto, ainda existem muitos prédios e casarões construídos no período de expansão econômica da cidade, que estão em ruínas ou sendo reformados com fins comerciais ou residenciais, e no vale, as antigas casas grandes e os engenhos, estão em completo abandono à espera de políticas públicas de preservação geradas pelo governo municipal ou estadual. E cada tijolo que cai é um pedaço da memória e da história das famílias, da cidade, do Rio Grande do Norte e do Brasil, que cai no esquecimento.

Mas este potencial turístico poderia ser mais bem aproveitado, como sugere o senhor Herbert Dantas Junior, herdeiro do Engenho Verde Nasce, que vê nestes monumentos a prova viva da história. Herbert considera que as visitas ainda ocorrem em pequena escala devido a uma série de fatores tais como: falta de infra-estrutura da cidade para receber turistas, insuficiência de divulgação em nível estadual e nacional do potencial histórico e arquitetônico existente em Ceará-Mirim. Segundo ele, se houvesse uma política de promoção do turismo por parte do governo municipal as visitas aumentariam o que ocasionaria mais emprego e renda para o município.

Outra deficiência identificada nas entrevistas realizadas a respeito dos monumentos históricos de Ceará-Mirim, é a ausência de uma política pedagógica de incentivo e valorização do Patrimônio Histórico da região por parte da secretaria de Educação do Município. Vale ressaltar que essa secretária está sediada no prédio do antigo Ginásio Santa Águeda, um dos principais

monumentos arquitetônicos da cidade, mesmo assim não atenta para a importância da implementação dessa política. Essa secretaria deveria desenvolver nas escolas um projeto de conservação do patrimônio, junto às crianças do município, que desde os primeiros anos escolares elas teriam acesso a essas informações, incluindo também a realização de visitas aos monumentos como forma de incentivá-los a valorização e preservação desses marcos culturais.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manoel Correia de. Usinas Açucareira e Destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba (Agro indústria açucareira e a produção do espaço). Mossoró, 1988. (Coleção mossoroense, Serie C, volume CDXXVI.)

ANDRADE, Gilberto Osório de. Os rios do açúcar no nordeste oriental: O rio Ceará Mirim. Recife: IJNPS, 1957.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASCUDO, Luis da Câmara. Historia do Rio Grande do Norte. Natal: Achiani, 1955.

CASTRO, Paulo Venturele de Paiva. Dinâmica urbana de Ceará – Mirim. Natal. CERN, 1992.

CABRAL, Mabelle Conceição Costa. A Expansão Econômica e Comercial da Província do Rio Grande do Norte em Meados do Século XIX. 2003. Monografia (Graduação em Historia), UFRN, Natal.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. O mini dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

LE MOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MONTEIRO, Denise Matos. Introdução a Historia do Rio Grande do Norte. Natal, EDUFRN. 2000.

RODRIGUES, Marly. A memória possível: passado, presente e cidadania. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTORIA, São Paulo, USP/SLCH, 1998.

RELATORIO Sobre o vale do Ceará Mirim, apresentado pelo secretario do Governo, Sr. Henrique Castriciano de Souza. In: CASTRICIANO, Henrique. Seleta: textos e poesias. Organizado por José Geraldo de Albuquerque. Natal: [s.n], 1993.

SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. A Expansão Canavieira no Vale do Ceará-Mirim 1845-1930, 2001. Monografia (graduação em Historia) – UFRN, Natal.

SOUZA, Aldenizia de Medeiros. Arquitetura do Século XIX em Ceará Mirim. 1999. Monografia (Graduação em Historia) – UFRN – NATAL.

SOUZA, Oswaldo Câmara. Acervo Patrimonial Histórico e Artístico do Rio Grande do Norte. Natal, Fundação José Augusto, 1981.

SOUSA, Alberto de. Arquitetura Neoclássica brasileira: Um reexame. São Paulo, Pini, 1994.

SENNA, Julio Gomes de, Caerá Mirim: Exemplo Nacional 1938 – 1972. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1974. v. 1.

TAKEYA, Denise Monteiro. Um outro Nordeste: O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915) Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

